



PREFEITURA DE

# Bom Conselho

A NOSSA CIDADE CADA DIA MELHOR

**DECRETO Nº 005/2018**

“Dispõe sobre a decretação de estado de emergência, na execução dos serviços de transporte escolar e universitário de forma gratuita e regular dos alunos matriculados na rede pública de ensino de Bom Conselho/PE e em instituições superiores de outros municípios, residentes em localidades distantes da instituição de ensino e dá outras providências”.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO/PE**, no uso de

suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII do art. 80 da Lei Orgânica Municipal

**CONSIDERANDO** que as empresas Localizar Construção e Locação Ltda – EPP, responsável pelos serviços de transporte escolar de forma gratuita e regular dos alunos matriculados na rede pública de ensino de Bom Conselho/PE através do contrato nº 086/2016 e a empresa S. A SOUZA CONSTRUTORA LTDA-EPP, responsável pelos serviços de transporte universitário mediante contrato nº 008/2015– estão sendo alvos de investigação por parte do Ministério Público do Estado de Pernambuco – MPE/PE por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO;

**CONSIDERANDO** solicitação encaminhada pela Secretaria de Educação, Cultura, Desportos, Lazer, Juventude e Turismo de Bom Conselho/PE ao Chefe do Poder Executivo, requerendo a não renovação contratual com as empresas Localizar Construção e Locação Ltda – EPP e S. A SOUZA CONSTRUTORA Ltda- EPP;

**CONSIDERANDO** a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE, em caso análogo, exarado por meio do Ofício Circular nº 014/2017- TCE-PE/PRES, de 27 de Setembro de 2017;

**CONSIDERANDO** que é dever da Administração Municipal a oferta de Transporte Escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino e a oferta do acesso ao ensino universitário dos alunos do município que necessitam de transporte para



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/51-20230105084127.pdf>  
assinado por: idUser 195



deslocamento até uma IES e que tais serviços não podem sofrer solução de continuidade por se tratar de serviços essenciais, conforme art. 10, V da Lei Federal nº 7.783/1989, entendendo que a continuidade dos serviços públicos é a forma pela qual o ente público desempenha as funções essenciais ou necessárias à coletividade, sendo vedada a suspensão;

**CONSIDERANDO** que a interrupção da prestação do serviço de transporte escolar poderá também trazer prejuízos de grande vulto à população, evidenciando assim a urgência na adoção de medidas aptas e eficazes para solucionar a questão;

**CONSIDERANDO** que é imperioso que desde logo sejam tomadas medidas preventivas, visando à normalização desses serviços;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que é dever do Município prover o bem estar de sua população, assegurando a execução dos serviços essenciais à população,

#### DECRETA:

**ART. 1º** - Fica decretado estado de emergência, na execução dos serviços de transporte escolar e universitário de forma gratuita e regular dos alunos matriculados na rede pública de ensino de Bom Conselho/PE e em instituições superiores de outros municípios, residentes em localidades distantes da instituição de ensino, que é essencial aos alunos, pelo período que durar tal situação.

**ART. 2º** - Em face desta decretação de estado de emergência fica autorizada a Administração Pública Municipal a requisitar meios, contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução das ações decorrentes deste Decreto, na forma do art. 24, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARAGRAFO ÚNICO** – Determino, ainda, que o órgão municipal competente tome as medidas necessárias para a conclusão do procedimento licitatório com o escopo de contratação de empresa para prestação dos serviços de transporte escolar e universitário de forma gratuita e regular dos alunos na rede pública de ensino de Bom Conselho/PE, residentes em localidades distantes da instituição de ensino, nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal, no art. 91, XX da Lei Orgânica do Município de Bom Conselho/PE e na Lei Federal nº 8.666/1993.





**ART. 4º** – Antes de efetuada qualquer contratação, dever-se-á proceder à consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, em cumprimento ao disposto no art. 26 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

**ART. 5º** - O presente Decreto terá vigência por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Solucionados os problemas que deram origem à situação emergencial em questão, o estado de emergência será automaticamente cancelado.

**ART. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Conselho/PE, 24 de janeiro de 2018.



**Dannilo Cavalcante Vieira**

Prefeito do Município de Bom Conselho/PE

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os devidos fins, nos termos do inciso XV do art. 80 e inciso XXVII do art. 91, ambos da Lei Orgânica Municipal, além do inciso I do Art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco, que o presente Decreto foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 24 de janeiro de 2018.



**Katarina Tenório Cavalcante Vieira**

Secretária de Governo e Articulação Institucional

